

REGULAMENTO INTERNO

CAPÍTULO I

(Associados)

ARTIGO 1º

(Tipos)

1. A Associação de Setas de Setúbal tem quatro (4) categorias de associados:
 - A) Associados Efectivos
 - B) Associados Colaboradores
 - C) Associados Honorários
 - D) Associados Fundadores

ARTIGO 2º

(Definição)

1. Associado Efectivo
 - A) Toda e qualquer pessoa inscrita na Associação com plenos direitos e deveres, mediante o pagamento de uma quota associativa.
2. Associado Colaborador
 - A) Entidade que se responsabilize pelo pagamento da inscrição da equipa, coimas que possam ser aplicadas à equipa, e eventualmente pelas quotas dos jogadores nelas inscritos.
 - B) Entidade que explore e/ou possua o local de jogo, dispondo de instalações e espaço reservado à pratica da modalidade, homologado por esta Associação no inicio de cada época desportiva.
 - C) Toda e qualquer entidade, singular ou colectiva, que pretenda patrocinar a Associação de Setas de Setúbal e que, sendo aceite, tenha o direito de se fazer publicitar nos eventos que patrocine.
 - D) Este associado está isento de quota.
3. Associado Honorário
 - A) Toda e qualquer entidade, singular ou colectiva, que, pela relevância de serviços ou outros prestados a esta Associação, sejam admitidos em Assembleia Geral.
4. Associado Fundador
 - A) Atribuído aos fundadores da A.S.S. A estes associados será concedida a isenção de pagamento de quotização sempre que estejam sem jogar, por equipa ou individualmente, mas mantendo todos os seus direitos e deveres como associado.

ARTIGO 3º

(Admissão)

1. Os Associados serão admitidos das seguintes formas:
 - A) Efectivos, com admissão feita através de impresso próprio, sob a forma de uma proposta, acompanhado de uma fotografia, subscrito pelo próprio ou por representante legal (neste caso, acompanhará ainda a respectiva declaração de autorização) e ainda a quantia, aprovada pela Direcção e Conselho Fiscal, correspondente a uma Jóia de Inscrição.
 - B) Colaboradores, com admissão feita e aprovada pela Direcção desde que não contrarie o disposto no Art.2º, ponto 2.
 - C) Honorários, com admissão proposta pela Direcção ou por pelo menos vinte (20) associados e aprovada em Assembleia Geral, desde que não contrarie o disposto no Art.2º, ponto 3.

ARTIGO 4º

(Direitos)

1. Direitos dos Associados em geral
 - A) Estar presente e participar (na apresentação de moções, em debate, com voto, etc.) nas Assembleias Gerais ordinárias ou extraordinárias.
 - B) Ter acesso às instalações da Associação desde que instituídas como sede.
 - C) Assistir e/ou participar em sessões e iniciativas ou outras actividades promovidas pela Associação de Setas de Setúbal de cariz social.
 - D) Beneficiar dos serviços instituídos pela Associação nas suas relações com terceiros.
 - E) Apresentar, na forma de missiva à Direcção, qualquer tipo de protesto, queixa, reparo, sugestões, esclarecimentos pontuais, dúvidas estatutárias e regulamentares, casos omissos ou situações especiais que possam beneficiar a Associação, sendo que as mesmas terão que ser expostas obrigatoriamente por escrito em envelope fechado e entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia da Associação de Setas de Setúbal ou via correio registado, sendo que se não for efectuado desta maneira a mesma não será atendida.
 - F) Recorrer de qualquer sanção aplicada, em carta registada remetida ao Concelho de Disciplina, por desrespeito quer pelos Estatutos, Regulamento Interno ou Regulamento Interno de Jogo.
2. Dos Associados efectivos, cumulativamente
 - A) Eleger e/ou ser eleito para os Corpos Gerentes da Associação.
 - B) Examinar os livros de escrita da Associação nos quinze (15) dias que precederem à reunião da Assembleia Geral onde sejam apresentadas as contas da mesma.
 - C) Solicitar, na forma de requerimento com um mínimo de cinquenta (50) assinaturas, o balanço das contas da Associação, ao Concelho Fiscal, com um mínimo de 120 dias após a sua aprovação pela Assembleia Geral ou por outra solicitação do mesmo tipo.
 - D) Convocar, reunindo um mínimo de trinta (30) assinaturas, uma Assembleia Geral Extraordinária.

ARTIGO 5º

(Deveres)

1. Dos associados em geral
 - A) Contribuir para o prestígio e bom nome da Associação de Setas de Setúbal.
 - B) Desempenhar com o maior zelo e assiduidade os cargos ou funções para que forem designados quer sejam remunerados ou não.
 - C) Participar activamente em qualquer tipo de reunião e/ou grupos de trabalho para o qual tenham sido convocados e aceite.
 - D) Prestar a colaboração possível, caso lhe seja solicitada pela Associação.
 - E) Aceitarem e reconhecerem todas as deliberações e/ou disposições dos órgãos associativos salvo o previsto no Art.4, ponto 1, alínea F.
 - F) O pleno conhecimento dos Estatutos, Regulamento Interno e Regulamento Interno de Jogo.
2. Dos associados efectivos cumulativamente
 - A) Aceitar o exercício de cargos para o qual tenham sido nomeados e eleitos, salvo em caso de justificado impedimento, desempenhando-os com responsabilidade, dignidade e criteriosamente de forma a dignificar a Associação de Setas de Setúbal, quer perante os seus associados quer perante outras entidades.
 - B) Exercer gratuitamente os cargos dos corpos gerentes e/ou comissões para o qual tenham sido nomeados e eleitos. No caso de nomeações específicas, estas só serão remuneradas com aprovação da Direcção.
 - C) Pagar as quotas ou outras contribuições obrigatórias, se as houver, dentro dos prazos estabelecidos. (Aos juniores, apenas será cobrado metade do valor da quota trimestral)
 - D) Manter bom comportamento cívico e moral dentro das instalações da Associação, dentro de instalações cedidas para actividades desportivas ou sociais da Associação, dentro de instalações onde decorram Provas ou Campeonatos Oficiais da A.S.S., identificando-se sempre que solicitado quer pelos membros da Direcção ou do Concelho de Disciplina.
 - E) Manter bom comportamento cívico e moral dentro de instalações onde decorram Provas ou Campeonatos Oficiais da Federação Portuguesa de Setas, quando em representação da A.S.S., responsabilizando-se pela sua conduta e/ou estragos que possam causar nessa representação.
 - F) Representar a A.S.S., voluntariamente, sempre que incumbidos, actuando em harmonia com a orientação definida pelos dirigentes ou órgãos sociais.
 - G) Prestar a colaboração possível que pela Associação lhe for solicitada.
 - H) Pagar as indemnizações devidas por prejuízos causados a bens patrimoniais da Associação de Setas de Setúbal.

ÚNICO: os tipos de sócios contemplados nas alíneas 1.A), 1.B), 1.C), e 1.D) do Art.º 1º são cumulativas, bem como os direitos e deveres inerentes a estes.

ARTIGO 6º

(Sanções)

Os Associados que infringjam os Estatutos, Regulamento Interno e o Regulamento Interno de Jogo, ficam sujeitos às seguintes sanções:

1. Sanções Desportivas
 - A) Admoestação.
 - B) Repreensão Registada.
 - C) Impedimento, por tempo determinado, da prática da modalidade em eventos desportivos regidos pela Associação de Setas de Setúbal.
 - D) Suspensão/Exclusão como associado desportivo.
2. Sanções Associativas
 - A) Suspensão até três (3) meses.
 - B) Suspensão até um (1) ano.
 - C) Eliminação como associado.
 - D) Expulsão.
3. As sanções serão aplicadas por deliberação e apresentação de decisão, por parte do Conselho de Justiça e Disciplina, à Direção ou Assembleia Geral que, por sua vez, as comunicarão aos prevaricadores, não obrigando á apresentação de prova.
4. Em casos graves como agressões físicas, desvio de fundos ou valores da Associação, burla, etc., será recomendada a formação de uma comissão de inquérito sob a supervisão do Concelho de Justiça e Disciplina.
5. Apenas a Assembleia Geral terá poderes para aplicar sanções aos membros dos corpos gerentes da Associação.
6. Será sempre garantida ao associado(s) a possibilidade de defesa mesmo que este(s) se encontre(m) suspenso(s) preventivamente.
7. Todas as sanções referidas nos pontos anteriores são cumulativas a penalizações que possam constar em qualquer alínea, ponto, ou artigo dos Regulamentos desta Associação.

ARTIGO 7º

(Demissão)

1. Serão considerados demissionários da Associação todos os membros que não procedam ao pagamento das quotas associativas por um período igual ou superior a um (1) ano.
2. Deverão ser considerados como demissionários provisórios e como tal isentos da obrigação de pagamento de quotas, todos os membros que incorram nas seguintes situações:
 - A) Doença prolongada grave, com apresentação de atestado médico em carta registada remetida à Direcção.
 - B) Serviço Militar obrigatório, com apresentação de guia de marcha, ou outro comprovativo militar do seu ingresso nas Forças Armadas, em carta registada remetida à Direcção.

Único – Será permitido ao associado, que se encontre na situação da alínea “B” do Artigo anterior, manter a sua actividade desportiva na A.S.S., com isenção de pagamento de quotas até ao momento da sua disponibilidade civil, tendo que apresentar documento comprovativo desse facto sob pena de incorrer no pagamento integral das quotas em atraso.

ARTIGO 8º

(Readmissão)

1. Serão readmitidos como associados, com plenos direitos e deveres, todos aqueles que procedam ao pagamento integral das quotas em atraso, readquirindo o número de associado original desde que ainda não tenha sido efectuada nenhuma revisão de numeração.
2. Serão readmitidos como associados todos os demissionários provisórios, com plenos direitos e deveres, que manifestem essa intenção e passem a cumprir com o pagamento da respectiva quota, readquirindo o numero de associado original desde que ainda não tenha sido efectuada nenhuma revisão de numeração.
3. Readmissões extraordinárias cujas as causas de eliminação/demissão tenham por base o exposto no Artigo 6º deste regulamento, serão sempre consideradas por deliberação e aprovação da Assembleia Geral.
4. É da responsabilidade da Direcção proceder à revisão da numeração dos associados, de cinco em cinco anos, em colaboração com a Mesa da Assembleia Geral.

CAPITULO II

(Dos Órgãos)

ARTIGO 9º

(Em Geral)

1. Os membros dos corpos sociais da A.S.S. são eleitos por dois anos (preferencialmente com início em Julho) sendo admitida a sua reeleição sem número de mandatos obrigatórios.
2. Os membros dos corpos sociais da A.S.S. só poderão ser admitidos ou demitidos com a convocação de uma Assembleia Geral quer seja ordinária quer seja extraordinária.
3. Os membros dos corpos sociais da A.S.S. gozam, no respectivo órgão, de igual poder deliberativo.
4. Perdem o mandato todos os membros dos corpos gerentes da A.S.S. que abandonem o cargo, peçam demissão ou que forem aplicadas sanções previstas no Artigo 6º deste regulamento.
5. É considerado, para os devidos efeitos, abandono do cargo no caso de se verificarem quatro (4) faltas consecutivas injustificadas ou oito (8) faltas alternadas se estas decorrerem no prazo de um ano fiscal.
6. Em caso de demissão ou abandono do cargo e que esse facto provoque dificuldades ao funcionamento de qualquer dos órgãos da Associação, será permitida à Direcção suprir essa(s) falta(s) nomeando membros interinos até aprovação destes em Assembleia Geral.
7. Em caso de demissão colectiva da Direcção, obrigam-se os seus membros a permanecer em funções até posse de nova Direcção. Esta posse deverá ter lugar no prazo máximo de sessenta (60) dias, cumprindo-se, neste caso, o estipulado no Capítulo III • Eleições deste Regulamento. Caso não haja sucessão, terá a Direcção cessante a obrigação de garantir mínimos executivos até, em Assembleia Geral, serem tomadas as medidas necessárias para assegurar a gestão da Associação de Setas de Setúbal.

ARTIGO 10º

(Funcionamento dos Corpos Gerentes)

1. As reuniões de Direcção, do Conselho Fiscal, da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Disciplina e de outros organismos internos, são convocadas pelos respectivos Presidentes, salvo nos casos excepcionais previstos por este Regulamento Interno, de acordo, caso existam, com o estipulado pelos respectivos Regulamentos de Funcionamento Interno.
2. As reuniões conjuntas dos Corpos Gerentes serão presididas pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral ou por qualquer outro Presidente dos Corpos Gerentes em impedimento deste, convocadas sob proposta/pedido de qualquer um dos órgãos associativos, sendo lavradas actas, em livro próprio, dos assuntos nelas debatidos e/ou decididos.
3. Todas as deliberações são tomadas por maioria de votos dos titulares presentes nas reuniões servindo o voto do seu Presidente apenas em caso de empate.

ARTIGO 11º

(Assembleia Geral • Constituição)

1. Constituem a Assembleia Geral todos os membros activos da A.S.S., no pleno exercício dos seus direitos, sócios colaboradores, membros honorários, colaboradores e colaboradores distintos, aos quais é garantido o direito a participar e o direito a voto.
2. Na Assembleia Geral será, pelos seus participantes, expressa à vontade geral dos membros da Associação de Setas de Setúbal.
3. A Assembleia Geral detém a plenitude do poder da Associação sendo soberana nas suas deliberações, apreciações e conclusões, desde que estejam de acordo com as Leis da República Portuguesa, com os Estatutos e com o Regulamento Interno da A.S.S., sobre todos os assuntos do interesse da Associação.

ARTIGO 12º

(Competências)

1. As funções e competências da Assembleia Geral estão definidas no Artigo 8º dos Estatutos da Associação de Setas de Setúbal.
2. Sem prejuízo do N.º1 deste Artigo é ainda da competência da Assembleia Geral
 - A) Apreciar e deliberar, anualmente, sobre o orçamento das receitas e despesas para o ano seguinte.
 - B) Apreciar e deliberar, anualmente, sobre o relatório de contas da Direcção e parecer do Conselho Fiscal, relativas ao ano anterior.
 - C) Deliberar sobre possíveis alterações aos Estatutos, Regulamento Interno e Regulamento Interno de Jogo da Associação de Setas de Setúbal.
 - D) Deliberar sobre a fusão ou dissolução da Associação.
 - E) Deliberar sobre os quantitativos das quotas associativas bem como possíveis extras de angariação de fundos.
 - F) Autorizar a contracção de empréstimos e a aquisição ou alienação de bens imóveis.
 - G) Apreciar e deliberar sobre todos os assuntos que lhe sejam requeridos pelos associados e pelos órgãos dirigentes.
 - H) Apreciar, deliberar e aplicar sanções extremas não previstas no Artigo 6º deste Regulamento.
 - I) Apreciar, deliberar e concluir sobre todo e qualquer assunto omissos, que possa originar dúvidas e/ou causar mau funcionamento ao executivo da A.S.S., quer dos Estatutos quer do Regulamento Interno ou ainda do Regulamento Interno de Jogo.

ARTIGO 13º

(Forma)

1. As Assembleias Gerais podem ser ordinárias ou extraordinárias e delas se lavrarão actas em livro próprio com assinatura dos presentes.
2. A Assembleia Geral é ordinária quando:
 - A) Convocada até ao final de cada época, para apreciação, discussão e votação do relatório de contas da Direcção e o respectivo parecer do Conselho Fiscal.
3. A Assembleia Geral é extraordinária quando:
 - A) Por iniciativa do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, nos casos previstos neste Regulamento Interno.
 - B) A requerimento da Direcção ou do Conselho Fiscal.
 - C) Requerida por um mínimo de trinta (30) assinaturas de associados efectivos no exercício dos seus direitos estatutários.
 - D) Para apreciação e deliberação de assuntos especiais que não possam ser decididos pela Direcção.

ARTIGO 14º

(Funcionamento)

1. Para o funcionamento legal da Assembleia Geral ordinária, em primeira convocação, é necessária a presença de 51% do total de associados efectivos.
2. A Assembleia Geral ordinária funciona legalmente, em segunda convocação, após 30 minutos da hora marcada, com o numero de associados efectivos presentes desde que seja mantida a mesma ordem de trabalhos da primeira convocação.
3. A Assembleia Geral extraordinária funciona legalmente, em primeira convocação, com qualquer numero de associados efectivos presentes após 15 minutos da hora marcada.
4. As deliberações da Assembleia Geral são ratificadas, através de voto gestual, por maioria qualificada de 51% dos associados efectivos presentes exceptuando os seguintes casos:
 - A) Um mínimo de 61% dos associados efectivos presentes desde que essa votação seja sobre alterações aos Estatutos ou Regulamento Interno da Associação de Setas de Setúbal.

- B) Um mínimo de 81% dos associados efectivos presentes desde que essa votação seja sobre autorizar a Direcção a contrair encargos financeiros a longo prazo ou para alienar património da Associação.
 - C) Um mínimo de 91% dos associados efectivos presentes desde que essa votação seja sobre a fusão ou dissolução da Associação.
5. Será permitido, excepcionalmente, com o acordo do Presidente da Mesa da Assembleia, a utilização de voto secreto caso a delicadeza do assunto a deliberar assim o justifique.

ARTIGO 15º

(Presidente da Mesa Assembleia Geral • Competências)

1. É da competência do Presidente da Mesa da Assembleia Geral:
- A) Convocar e presidir as sessões da Assembleia Geral, dirigindo os trabalhos com a colaboração dos secretários.
 - B) Garantir que a convocação das Assembleias Gerais, ordinária ou extraordinária, atinja, pelo menos, 95% do universo dos associados efectivos da Associação.
 - C) Convocar e dirigir as reuniões da Mesa da Assembleia Geral.
 - D) Dar posse aos membros dos Corpos Gerentes e da Mesa da Assembleia no prazo devido.
 - E) Fiscalizar a o processo de revisão da numeração dos associados.
 - F) Assinar as actas das Assembleias Gerais.
 - G) Solicitar esclarecimentos à Direcção, Conselho Fiscal e Conselho de Disciplina sempre que necessário.
 - H) Assistir e deliberar, se entender necessário, às reuniões de qualquer órgão associativo, sem direito a voto, e deverá comprovar o seu conhecimento dos assuntos deliberados através de rubrica nos livros de actas desses órgãos.

ARTIGO 16º

(Secretários da Mesa da Assembleia Geral • Competências)

1. Compete aos Secretários da Mesa da Assembleia Geral:
- A) Preparar, expedir e fazer publicar os avisos convocatórios de reuniões da Assembleia Geral.
 - B) Elaborar o expediente das reuniões da Assembleia Geral.
 - C) Redigir e assinar as actas das reuniões da Assembleia Geral.
 - D) Informar os associados, pelas formas adequadas, das deliberações da Assembleia Geral.
 - E) No caso de impedimento do Presidente, será da competência do 1º Secretário formalizar a convocação da Assembleia Geral.
2. Durante as sessões da Assembleia Geral as funções dos secretários serão as seguintes:
- A) Ler todo o expediente e moções e/ou projectos enviados à Mesa por qualquer dos órgãos dos Corpos Gerentes ou por Associados presentes na Assembleia.
 - B) Ocupar-se da correspondência da Mesa, decorrente das resoluções tomadas em Assembleia Geral.
 - C) Ler no início de cada Assembleia Geral a acta da Assembleia Geral anterior.
 - D) Garantir, por meio de inscrição, a palavra a todos os presentes na Assembleia Geral e coordenar esse processo.
 - E) Garantir a assinatura da lista de presenças pelos presentes.
 - F) Preocupar-se com a segurança e conservação dos livros de actas e correspondência das Assembleias Gerais que, apesar de guardadas em arquivo, devem estar disponíveis para consulta durante a sessão.

ARTIGO 17º

(Direcção • Competências)

1. As competências da Direcção estão definidas no Artigo 10º dos Estatutos.
2. Sem prejuízo do N.º1 deste Artigo é ainda da competência da Direcção:
- A) Nomear Colaboradores e/ou Delegados.
 - B) Nomear membros interinos que possam colmatar falhas nos órgãos associativos, quer por demissão quer por impedimento dos membros originais, até aprovação em Assembleia Geral.
 - C) Elaborar e apresentar, anualmente em Assembleia Geral, o Relatório de Actividade e o Relatório de Contas bem como o orçamento para o ano seguinte.
 - D) Proceder ao inventário dos bens da Associação.
 - E) Receber da Direcção cessante e, por sua vez, entregar à Direcção seguinte, todos os valores e bens inventariados à data das contas relativas ao exercício que tiver findado.
 - F) Reunir com o Conselho Fiscal e prestar-lhe contas bem como solicitar esclarecimentos.

- G) Manter actualizada e em acta a contabilidade da Associação.
- H) Proceder ao processo de revisão da numeração dos associados, de cinco em cinco
- I) anos, no final do ano impar do seu mandato.
- J) Patentear na sede da Associação, para consulta dos associados, durante os quinze (15) dias anteriores à data da realização da Assembleia Geral para a apresentação de contas, toda a documentação e livros de escrituração.
- K) Propor à Assembleia Geral os quantitativos das quotas e/ou outras contribuições regulares ou pontuais dos associados.
- L) Formar e presidir o Conselho de Disciplina, na pessoa do seu Presidente ou Vice-Presidente, participando nas deliberações deste, mas apenas com direito a voto caso não sejam garantidos 2/3 na votação.
- M) Aceitar as deliberações do Conselho de Disciplina e executá-las em conformidade com o estipulado neste Regulamento.
- N) Garantir, pelos seus membros ou delegando em terceiros, a organização, realização e fiscalização de todas as Provas e Torneios Oficiais da A.S.S. nas épocas desportivas que incorram no seu mandato.

ARTIGO 18º

(Presidente da Direcção • Competências)

1. É da competência do Presidente da Direcção:
 - A) Presidir às reuniões de Direcção e ainda as do pelouro que orientar.
 - B) Representar a Associação de Setas de Setúbal em actos oficiais ou delegar essa representação.
 - C) Assinar todas as actas das reuniões em que participe e rubricar todos os livros de tesouraria.
 - D) Orientar e coordenar toda a actividade da Direcção.
 - E) Assinar os cartões de associados.
 - F) Marcar, com regularidade, as datas para as reuniões de Direcção bem como convocar as reuniões extraordinárias.
 - G) Nomear os membros do Conselho de Disciplina.
 - H) Fiscalizar a acção do Conselho de Disciplina na sua orgânica e competências relativas ao Regulamento Interno de Jogo.

ARTIGO 19º

(Vice-Presidente da Direcção • Competências)

1. É da competência do Vice-Presidente da Direcção:
 - A) Colaborar com o Presidente da Direcção na orientação das actividades da Direcção.
 - B) Coordenar as actividades do Pelouro a seu cargo.
 - C) Em caso de impedimento do Presidente, será o Vice-Presidente a garantir as competências deste, quer no funcionamento directivo da Associação quer nas suas relações estatutárias com os outros órgãos da Associação de Setas de Setúbal.

ARTIGO 20º

(Tesoureiro da Direcção • Competências)

1. É da competência do Tesoureiro da Direcção:
 - A) Ter à sua guarda e responsabilidade, todos os valores da Associação.
 - B) Receber os rendimentos da Associação e assinar os recibos.
 - C) Satisfazer as despesas autorizadas quer pela Assembleia Geral quer pela Direcção ou ainda pelo Conselho Fiscal.
 - D) Assinar os cheques em conjunto com o Presidente da Associação, ou outro membro da Direcção creditado para tal, ou com o Presidente do Conselho Fiscal.
 - E) Coordenar e controlar a escrituração do movimento financeiro da Associação.
 - F) Apresentar, mensalmente ou trimestralmente, à Direcção e ao Conselho Fiscal, um relatório do movimento financeiro do período anterior.
 - G) Proceder ao inventário dos bens da Associação.

ARTIGO 21º

(Primeiro Secretário da Direcção • Competências)

1. É da competência do Primeiro Secretário da Direcção:
 - A) Secretariar as reuniões da Direcção e redigir as respectivas actas.
 - B) Supervisionar e coordenar o movimento de expediente e secretaria.
 - C) Zelar pelo bom andamento das decisões tomadas em reuniões de Direcção.
 - D) Manter actualizadas, em conjunto com o segundo secretário, as informações relativas ao funcionamento das Provas e Torneios Oficiais da Associação de Setas de Setúbal.

ARTIGO 22º

(Segundo Secretário da Direcção • Competências)

1. É da competência do Segundo Secretário da Direcção:
 - A) Encarregar-se do bom andamento do expediente e todo o movimento de secretaria.
 - B) Colaborar com o Primeiro secretário no expediente relativo ao funcionamento desportivo da Associação de Setas de Setúbal.
 - C) Assegurar, em colaboração com o Presidente, a actualização da lista de associados.
 - D) Em caso de impedimento do Primeiro secretário, assegurar as competências deste.

ARTIGO 23º

(Vogais da Direcção • Competências)

1. É da competência dos Vogais da Direcção:
 - A) Manter o bom funcionamento da Direcção, em caso de impedimento de algum dos membros da Direcção, substituindo e garantindo interinamente essas funções, com excepção do Presidente, Vice-Presidente e Tesoureiro, até aprovação em Assembleia Geral.
 - B) Aceitar e cumprir com as funções para o qual forem nomeados.
 - C) Formar, após nomeação pela Direcção, o Conselho de Disciplina e garantir a sua funcionalidade.

ARTIGO 24º

(Director de Pelouro/Comissão • Forma e Competências)

1. Director de Pelouro/Comissão poderá ser qualquer associado, efectivo ou não, que, nomeado pela Direcção está encarregue de um determinado pelouro, comissão, secção desportiva e/ou social, sendo da sua competência:
 - A) Fomentar, organizar, coordenar e orientar todas as actividades ou funções específicas para o qual foi designado.
 - B) Propor a admissão de colaboradores ou a de orientadores especializados nas diversas actividades que tenha a seu cargo.
 - C) Presidir as reuniões com os membros ou colaboradores que a esses cargos estejam agregados bem como comunicar em Assembleia geral ou à Direcção, o curso das suas actividades.

ARTIGO 25º

(Conselho Fiscal • Competência)

1. As competências do Conselho Fiscal estão definidas no Artigo 11º dos Estatutos.
2. Sem prejuízo do Nº1 deste Artigo é ainda da Competência do Conselho Fiscal:
 - A) Fiscalizar a actividade administrativa e financeira da Associação.
 - B) Pronunciar-se, por meio de parecer, sobre o Relatório de Contas da Direcção em Assembleia Geral.
 - C) Examinar, regularmente, a contabilidade da Associação.
 - D) Conferir, regularmente, as contas do Tesoureiro da Direcção, o saldo financeiro e o movimento bancário (levantamentos e depósitos).
 - E) Dar pareceres sobre as questões que lhe forem solicitadas pela Direcção.
 - F) Apresentar, em Assembleia Geral, o seu parecer sobre os actos administrativos da Direcção, caso para tal seja solicitado.
 - G) Solicitar a convocação da Assembleia Geral sempre que julgue necessário.
 - H) Apresentar à Direcção todas as sugestões e/ou moções que julgue serem do interesse para o funcionamento da Associação de Setas de Setúbal.

- I) Impedir, através de Veto, todo e qualquer movimento financeiro ou administrativo da Direcção que, no seu entender, possa comprometer os objectivos da Associação garantindo que essa decisão apenas possa ser tomada em Assembleia Geral.

ARTIGO 26º

(Presidente do Conselho Fiscal • Competências)

1. É da competência do Presidente do Conselho Fiscal:
 - A) Presidir e coordenar as reuniões do Conselho Fiscal bem como assinar o livro de actas.
 - B) Convocar, se necessário, as reuniões extraordinárias do Conselho Fiscal.
 - C) Examinar a contabilidade da Associação.
 - D) Conferir as contas do Tesoureiro da Direcção, o saldo financeiro e os movimentos bancários (levantamentos e depósitos).
 - E) Assistir, se achar conveniente, às reuniões de Direcção com capacidade de intervenção, mas sem direito a voto.
 - F) Assumir, interinamente, as funções de Tesoureiro da Direcção, em caso de impedimento deste, até nova nomeação, em Assembleia Geral, para esta função.

Único – Em caso de impedimento do Presidente do Conselho Fiscal, no cumprimento das suas funções até ao final do seu mandato, serão considerados nulos e/ou suspensos qualquer tipo de movimentos financeiros que envolvam gastos para a Associação, desde que estes não tenham, pelo menos, o consentimento da Assembleia Geral, até a uma nova nomeação e aprovação, por esta, do titular deste cargo.

ARTIGO 27º

(Relator do Conselho Fiscal • Competências)

1. É da competência do Relator do Conselho Fiscal:
 - A) Redigir os pareceres do Conselho Fiscal.
 - B) Colaborar com o Presidente do Conselho Fiscal no exame da contabilidade da Associação bem como na fiscalização das contas do Tesoureiro da Direcção, o saldo financeiro e os movimentos bancários (levantamentos e depósitos).

ARTIGO 28º

(Secretário do Conselho Fiscal • Competências)

1. É da competência do Secretário do Conselho Fiscal:
 - A) Redigir e transcrever as actas das reuniões do Conselho Fiscal para o respectivo livro.
 - B) Dar seguimento ao expediente do Conselho Fiscal.
 - C) Colaborar com o Presidente e o Relator na execução das tarefas por estes propostas.
 - D) Assumir, em caso de impedimento, as funções do Secretário Relator.

ARTIGO 29º

(Conselho de Justiça e Disciplina • Forma e Competências)

1. As competências do Conselho de Justiça e Disciplina estão definidas no Artigo 14º dos Estatutos.
2. Sem prejuízo do Nº1 deste Artigo são ainda da competência do Conselho de Justiça e Disciplina:
 - A) Reunir e deliberar sobre todos os possíveis processos, disciplinares ou não, levantados quer pelos seus membros quer pela Direcção ou ainda por qualquer associado e/ou colaborador.
 - B) Conferir todas as informações desportivas dos Torneios e Provas Oficiais da Associação de Setas de Setúbal.
 - C) Fiscalizar possíveis infracções ao Regulamento Interno de Jogo quer na sua orgânica quer na sua aplicação.
 - D) Emitir, sempre que detectadas infracções, o devido parecer e/ou sanção, em Conselho de Disciplina através de uma votação nunca inferior a 2/3 dos seus membros, e remetê-lo para a Direcção.
 - E) Prestar esclarecimentos e/ou pareceres em Assembleia Geral sempre que para tal for solicitado, por meio de um Conselheiro porta-voz a designar entre os elementos do Conselho de Justiça e Disciplina.

ARTIGO 30º

(Presidência do Conselho de Disciplina • Forma e Competências)

1. Cabe à Direcção da Associação a Presidência do Conselho de Disciplina com as seguintes competências:
 - A) Nomear entre os seus Vogais, ou outros associados efectivos quando necessário, a formação do Conselho de Disciplina.
 - B) Convocar o Conselho de Disciplina para a deliberação dos possíveis processos, disciplinares ou não, em vias de conclusão.
 - C) Remeter, caso seja necessário, a apreciação e parecer de um determinado processo para a Assembleia Geral ou para o Conselho de Justiça.
 - D) Garantir que os Conselheiros, bem como o membro da Direcção designado para a Presidência do Conselho de Disciplina, estejam isentos e/ou não tenham nenhum envolvimento nos assuntos a debater conforme estipulado na Alínea “A” do Artigo 15 dos Estatutos.
 - E) Participar nas deliberações sem direito a voto excepto em caso de não estarem garantidos os 2/3 necessários para essa votação.

ARTIGO 31º

(Conselheiros de Disciplina • Competências)

1. É da competência dos Conselheiros de Disciplina:
 - A) Informarem-se sobre as possíveis infracções cometidas ao Regulamento Interno de Jogo pelos associados efectivos ou pelos associados colaboradores (em nome das equipas) de forma a poderem deliberar e decidir que medidas e/ou sanções devem ser aplicadas aos infractores.
 - B) Garantir que as possíveis infracções detectadas violem de facto o Regulamento Interno de Jogo.
 - C) Permitir a defesa de todo e qualquer possível infractor antes da emissão do parecer e/ou sanção.
 - D) Manter uma atitude com a maior neutralidade possível durante a deliberação, votação e aplicação dos pareceres e/ou sanções a aplicar.
 - E) Solicitar a convocação do Conselho de Disciplina sempre que se julgue necessário.
 - F) Reunir com os diversos Corpos Gerentes sempre que necessário.
 - G) Receber do Conselho de Disciplina cessante e, por sua vez, transmitir para o Conselho de Disciplina seguinte, todas as informações sobre um determinado processo que esteja a decorrer.
 - H) Representar a Associação de Setas de Setúbal, sempre que solicitada, na forma de Delegado da Associação a um determinado jogo ou jogos do Campeonato Oficial.
 - I) Representar a Associação de Setas de Setúbal, sempre que solicitados, na organização, realização e fiscalização das Provas Oficiais (“Rankings”) a realizar durante o seu mandato.

CAPITULO III

(Eleições)

ARTIGO 32º

(Forma)

1. A organização do processo eleitoral compete à Mesa da Assembleia Geral que deverá:
 - A) Recepcionar e divulgar as Listas concorrentes.
 - B) Garantir que as Listas se encontram dentro da legalidade definida quer pelos Estatutos quer pelo Regulamento Interno e que todos os seus componentes sejam associados efectivos com plenos direitos e deveres.
 - C) Marcar a data e local das eleições.
 - D) Convocar a Assembleia Geral Eleitoral com um mínimo de trinta (30) dias de antecedência.
 - E) Verificar a lista de eleitores excluindo aqueles que estejam impedidos de direitos.
 - F) Decidir se o escrutínio de eleição dos novos Corpos Gerentes se processará por voto secreto e se o for garantir os respetivos boletins de voto.

ARTIGO 33º

(Candidaturas)

1. As candidaturas terão que estar assinadas pelos candidatos.
2. As candidaturas devem ser apresentadas à Mesa da Assembleia Geral por meio de Listas com os nomes completos e números de associados dos candidatos e um programa ou modelo de acção.
3. Os candidatos deverão ser associados da Associação de Setas de Setúbal há, no mínimo 3 anos consecutivos.
4. Nas Listas Eleitorais terão que constar todos os Órgãos da Associação a eleger bem como as funções que cada um dos candidatos se propõe a desempenhar.
5. A apresentação das candidaturas deverá ser feita num prazo mínimo de quinze (15) dias anterior à data da Assembleia Geral Eleitoral.
6. Cada Lista concorrente deverá indicar um Delegado, que a representará durante o processo eleitoral nos contactos com a Mesa da Assembleia Geral e na fiscalização do acto eleitoral, o qual deverá ser mencionado na apresentação da respectiva candidatura.
7. A Mesa da Assembleia Geral terá de, num prazo máximo de três (3) dias após a data limite para entrega de candidaturas, pronunciar-se se estas se encontram dentro da legalidade prevista na Alínea “B” do Artigo 32 deste Regulamento.
8. No caso de serem detectadas irregularidades nas Listas, estas serão devolvidas aos associados subscritores, devendo ser rectificadas e entregues, de novo, num prazo máximo de três (3) dias para uma segunda avaliação. Caso se mantenham irregularidades de conteúdo, essa Lista será imediatamente excluída.
9. As Listas concorrentes, depois de aceites pela Mesa da Assembleia Geral, deverão ser, por esta, afixadas nas instalações sociais e no local de eleições.

ARTIGO 34º

(Eleitores)

1. São considerados eleitores todos os associados efectivos com um ano consecutivo de antiguidade e que possuam as suas quotas regularizadas até à data da realização das eleições.
2. Os associados, antes da votação, devem identificar-se mediante a apresentação do respectivo cartão de associado e comprovar o disposto no N.º 1 deste artigo.
 - A) Na falta de cartão de associado, deve identificar-se apenas com o Bilhete de Identidade, para que perante o ficheiro de associados, se comprove a sua qualidade de associado e a sua legitimidade para o acto eleitoral.
3. O acto eleitoral deverá ser considerado como um dever do associado sendo injustificada a sua não participação no mesmo.
4. Poderão ser considerados votos por correspondência desde que estes, com a devida identificação do associado em questão e respectiva assinatura da intenção de voto, sejam endereçados ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral antes da realização do acto eleitoral.
5. Será atribuído um (1) voto extra aos associados efectivos e associados fundadores, por cada cinco anos consecutivos como associado da A.S.S. até ao limite de cinco (5) votos.

ARTIGO 35ª

(Contagem)

1. Caso seja utilizado voto secreto, serão considerados nulos todos os boletins que contenham marcas ou anotações fora do local indicado para esse voto.
2. Quando o período estipulado para a votação terminar, proceder-se-á à contagem dos votos, com a presença dos membros da Mesa da Assembleia, Delegados de Listas e os colaboradores nomeados para o efeito.
3. Após a contagem, será elaborada uma acta eleitoral com os resultados obtidos sendo esta lida entre os presentes e, por sua vez, afixada nas instalações sociais da Associação bem como no local das eleições.

ARTIGO 36º

(Resultados)

1. Os resultados apurados serão considerados provisórios até que decorram três (3) dias úteis sobre a data de eleições.

2. Se no prazo indicado no N.º1 deste Artigo não houver nenhum recurso ou impugnação ao acto eleitoral, estes serão proclamados definitivos.
3. Caberá à Mesa da Assembleia Geral proclamar, em Assembleia Geral, os resultados definitivos.

ARTIGO 37.º

(Recursos)

1. Os Delegados das Listas concorrentes poderão apresentar recurso dos resultados apurados, com a devida fundamentação em irregularidades comprovadas, o qual será remetido para o Conselho de Justiça até ao segundo dia útil seguinte à realização do acto eleitoral.
2. O Conselho de Justiça, com a colaboração da Mesa da Assembleia, apreciará o(s) recurso(s) e pronunciar-se-á, por escrito ao(s) recorrente(s), num prazo máximo de cinco (5) dias úteis após a data de entrada do(s) mesmo(s), sobre a sua decisão.
3. Os resultados eleitorais apenas serão definitivos, ou não, após a decisão do Conselho de Justiça cuja cópia será afixada nas instalações sociais da Associação e no local de Eleições.

ARTIGO 38.º

(Posse)

1. O Presidente da Assembleia Geral cessante, dará posse aos dirigentes eleitos no prazo de oito (8) dias após a proclamação dos resultados definitivos.

CAPITULO IV

(Regime Patrimonial e Financeiro)

ARTIGO 39.º

(Património)

1. O Património da Associação de Setas de Setúbal é constituído por todos os bens corpóreos e incorpóreos que a Associação possua ou venha possuir, sendo indivisível.

ARTIGO 40.º

(Receitas)

1. As receitas da Associação de Setas de Setúbal dividem-se em:
 - A) Ordinárias
 - B) Extraordinárias

ARTIGO 41.º

(Receitas • Definição)

1. Constituem-se como receitas ordinárias da Associação de Setas de Setúbal:
 - A) O produto de quotas pagas pelos associados da Associação.
 - B) O produto de venda de publicações e/ou brindes que a Associação venha a fazer.
 - C) Juros ou rendimentos de valores da Associação.
 - D) Rendimentos de publicidade feita nas instalações sociais e desportivas e/ou fora delas.
 - E) Rendimentos de competições e actividades desportivas.
 - F) Rendimentos de actividades sociais e/ou de carácter recreativo.
 - G) Rendas e alugueres.
 - H) Outros rendimentos não especificados.
2. Constituem-se como receitas extraordinárias da Associação de Setas de Setúbal:

- A) Subsídios e donativos em dinheiro.
- B) Receitas angariadas para colmatar despesas extraordinárias da Associação.
- C) Alienação de bens patrimoniais.
- D) Alienação de material desportivo usado ou considerado dispensável.
- E) Indemnizações.

ARTIGO 42º

(Uso das Receitas)

1. As receitas ordinárias destinam-se à satisfação da totalidade das despesas ordinárias.
2. As receitas extraordinárias poderão ser consignadas à satisfação de despesas extraordinárias.

ARTIGO 43º

(Disposição Final)

Único – É obrigatória, no início de cada época desportiva, a elaboração de um relatório orçamental das receitas e despesas o qual deverá ser discriminado por sectores de actividades. Este relatório é da responsabilidade da Direcção em exercício.